

ATA Nº 004/2017 – 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16/FEVEREIRO/2017. Ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na sede da Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita, realizou-se a quarta Sessão Extraordinária, do primeiro ano da sétima Legislatura, com a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente Vereador Jair Antônio de Oliveira, deu início aos trabalhos às nove horas. Foi paralisada a sessão pelo Presidente por vinte minutos, para que fosse dado os pareceres dos Projetos do Executivo.

ORDEM DO DIA: PROCESSO Nº 098/2017: Projeto de Lei nº 005/2017 – Autoria do Poder Executivo – Dispõe sobre a distribuição dos honorários advocatícios entre os membros da assessoria jurídica e Procuradoria Geral do Município de Nova Santa Rita. Regulamenta o disposto no § 19 do art. 85 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 e dá outras providências. Leitura dos pareceres das Comissões: Favoráveis. Foi feita a leitura da justificativa do Projeto. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Falou que esse Projeto fazia o pensar um pouco. Disse que estes honorários vinham a anos sendo integrados a Receita do município. Salientou que toda a sucumbência era feita através de processos ganhos da prefeitura, mas os processos que ela perdia eram pagas as sucumbências. Disse que era necessário que este dinheiro ficasse nos cofres do município justamente para atender essas necessidades quando houvessem. Achava que esse dinheiro deveria ser investido em melhorias de infraestrutura da prefeitura. No seu entendimento o salário do Procurador já era uma quantia substancial e também tinha as diárias quando faziam alguma viagem. Achava totalmente desnecessário e descabido, que os procuradores ganhassem cinquenta por cento de sucumbência até o teto do salário da Prefeita. Disse que era totalmente contra o projeto, o seu voto era não. **Ver. Renato:** Disse que o seu posicionamento com relação a esse Projeto era contrário. Explicou que avaliando o Projeto viu que hoje o Procurador Geral do município recebia um salário de onze mil e trezentos reais e o Procurador adjunto do município recebia acima de dez mil, então não via necessidade nenhuma de criar esse fundo. Disse que não era isso que o povo queria, não era para isso que o povo os elegia, para beneficiarem quem já ganhava bem no município. Essa era a sua preocupação, a de aumentar esses valores. Disse que a Lei Federal não permitia que ultrapassasse o valor do salário da Prefeita, que deveria girar em torno de dezesseis mil, mas a mesma Lei dizia, que era até o teto do salário da Prefeita que o Procurador Geral do município e os advogados poderiam receber. Perguntou então, e o restante e a sucumbência, será que aquilo que iria sobrar, a diferença ficaria cumulativa para pagar nos meses subsequentes. Isso queria dizer que o Procurador do município depois da Lei aprovada receberia sim, o cumulativo, o mesmo salário da prefeita. Falou que o seu voto era contrário a esse projeto. **Ver. Ildo:** Colocou que essa Lei regravava a Lei Federal, pois no seu entendimento como Vereador iria gostar que o dinheiro ficasse para o município, mas existia uma Lei Federal que estava obrigando os municípios a ratearem esse fundo de dez por cento de cada ação. Disse que tinha dados concretos de que outros municípios tinham advogados que haviam entrado na justiça contra eles, buscando seus direitos. Disse que no seu entendimento, onde com três mil ações, buscando e intimando as pessoas, isso gerava um prejuízo para o município. Então dos dez por cento, cinquenta por cento ficava para a Procuradoria e o outro cinquenta por cento era rateado entre os advogados e os funcionários que trabalhavam na Procuradoria, que também tinham os seus direitos. Disse que para ele como Vereador do Partido dos Trabalhadores era justo e o seu voto era favorável ao projeto. **Ver. Alex:** Disse que era muito questionado na rua e via várias matérias no Face pedindo para que fosse baixado o salário dos Vereadores dessa Casa, que era de cinco mil e setecentos reais. Disse que hoje se fosse feito o reajuste pela Lei Federal, o salário seria de quase oito mil reais, mas eles tinham uma postura de manter o salário de cinco mil. Disse que trabalhavam por toda comunidade, sem nenhuma ajuda financeira com combustível. Achava que dessa forma, com um Procurador do município que ganhava onze mil reais e tinha várias vantagens, como o carro da prefeitura, que o levava em todos os lugares que deveria ir não era cabível, pois o Vereador tinha um dever muito importante. Falou que, se votassem a favor do projeto iria ter toda a população de Nova Santa Rita para enfrentar. Disse que deveriam

avaliar o salário que um Vereador ganhava e tudo aquilo que fazia pela comunidade e o de Procurador do município que ganhava onze mil. Falou que o seu voto era não para este projeto.

Ver. Ieda: Disse que discordava dos seus colegas Vereadores, que tinham dito que estava sendo aumentado o salário do Procurador. Falou que não estavam fazendo isso, estavam fazendo jus a uma Lei Federal, que tinha sido elaborada no ano passado e a prefeitura simplesmente estava aplicando. Disse que estes cinquenta por cento dos honorários de sucumbência seriam divididos. Falou que o próximo projeto que iriam votar seria sobre o aparelhamento da Procuradoria. Comentou que já tinha trabalhado dentro do administrativo e sabia o quanto os funcionários da Procuradoria eram prejudicados por não terem um automóvel só deles. Contou que eles estavam o tempo todo pedindo favor para as outras secretarias, para se locomoverem carregando pilhas de processos. Disse que não estava defendendo nenhum honorário a mais para a procuradoria, pois não era a sua função. Afirmou que sua função era fazer cumprir uma Lei Federal, o artigo trinta e sete, parágrafo onze que estava no projeto e o citou.

Ver. Jair: Fez uma correção sobre o salário da Prefeita, que outro Vereador tinha comentado. Falou que hoje o Procurador recebia onze mil e trezentos reais, se o teto era doze mil, só precisava de setecentos reais. Disse que tinha visto os funcionários da procuradoria pedindo favor, porque não tinham carro. Falou que era favorável ao projeto, porque cinquenta por cento ia para o fundo da procuradoria e dos funcionários e o outro cinquenta ia para os funcionários reformados do município, isso daria setecentos reais no ano e não era cumulativo. Disse que não sabia se o salário do Procurador era alto ou não, mas ganhar onze mil para se incomodar, ajuizar ações, estudar sete, oito anos as leis. Disse que não estava fazendo nada, que não estivesse dentro da Lei.

Aprovado por sete votos a três. PROCESSO Nº099/2017: Projeto de Lei nº 006/2017 – Autoria do Poder Executivo – Autoriza o Executivo Municipal a protestar as Certidões de Dívida Ativa correspondente aos Créditos Tributários e Não- Tributários do município e dá outras providências. Leitura dos pareceres das Comissões: **Favoráveis.** Leitura da justificativa do projeto. Discussão: **Ver. Alex:** Disse que sempre se posicionou contra o IPTU, principalmente no bairro Sanga Funda, pois não tinha nenhuma infraestrutura. Comentou que três Vereadores moravam lá e conheciam a realidade daquele povo. Então como poderia chegar lá e dizer que tinha votado um projeto, em que eles iriam ser cobrados no cartório e seus nomes ficariam sujo no SPC e Serasa. Dentro dessa realidade se encontrava muita gente desempregada. Perguntou qual seria a justificativa que os Vereadores usariam para votarem esse projeto hoje e também se eles trabalhavam para o povo ou trabalhavam para a administração em troca de alguns cargos. Disse que deveriam trabalhar pela comunidade e não contra ela. Pediu que mostrassem porque estavam aqui para aquelas pessoas que acreditaram e votaram neles, contra o povo nunca. Disse que era pelo certo e esperava que eles também fossem.

Ver. Paulo Ricardo: Disse que falava mais uma vez em defesa da comunidade. Leu o artigo segundo do projeto e salientou que não era só em cima do IPTU, mas de todas as dívidas ativas que tivessem, pelo menos esse era o entendimento. Disse que precisavam dialogar mais próximo do Executivo e das Comissões para que conseguissem entender melhor esses projetos e talvez votar com toda a bancada da situação diante do convencimento desses projetos que entravam a toque de caixa na Câmara. Falou que era muito rápido para votarem nove projetos e conseguir entendê-los, podendo como seres humanos errar na votação. Explicou que esse projeto era como o anterior pautado em uma Lei Federal e entendia que teria que ter discussões nas Comissões, com mais aproximação e diálogo, coisa que não tinha acontecido. Disse que era contra esse projeto, porque tributava a comunidade, sendo que muitas pessoas não tinham nem emprego, como poderiam pagar a conta do IPTU, era um absurdo. Então ficava o seu descontentamento a respeito desse projeto.

Ver. Renato: Esclareceu o valor do salário real da Prefeita, que havia sido falado anteriormente. Disse que se posicionava e colocava o seu voto com relação a esse projeto, que falava da dívida ativa do município e dos créditos tributários e não-tributários, porque hoje tinha uma Lei no município em que o morador que tivesse dívida na justiça até quinhentos reais não era acionado pelo tributo. Falou que até quinhentos reais não justificavam

abrir processo, pois o custo do processo custava mais caro do que esse valor. Falou que esta era a grande realidade, baseado nisso ele colocava o seu posicionamento. Então hoje, a Lei era bem clara até quinhentos reais não poderiam ser acionados, mas com a nova Lei aprovada qualquer valor, quem estivesse devendo tributos para a prefeitura, o IPTU 2016, poderia ser acionado, indo para o SPC e Serasa, cortando os créditos das pessoas na rua, por estarem inadimplentes com o município. Comentou que os mesmos, que tinham aumentado até quinhentos por cento os tributos no município, eram os mesmos que agora colocavam uma Lei para pôr na justiça os moradores que não pagavam os tributos do município a partir da Lei aprovada. Seu posicionamento era contrário ao que estavam fazendo no município. **Ver. Jair:** Falou que o Vereador da bancada do PTB tinha vindo cobrar infraestrutura no bairro dele, mas como seria feito isso se não fosse pago o IPTU. Falou que a dívida não seria cobrada hoje, pois era de janeiro a janeiro, então seria em primeiro de janeiro de dois mil e dezoito que começaria a pagar. Disse que tinham que ter consciência, cada um votava o que achava certo. Disse que era favorável ao projeto, porque não era os pequenos que estavam devendo e sim os empresários, as grandes empresas que deviam. Falou que tinham que se informar, porque ele tinha feito um levantamento e não tinham falado nos idosos que eram isentos, não falavam das pessoas de baixa renda que eram isentas, só falavam o que era de mal, de bom nunca falavam. Disse que era favorável ao projeto. **Ver. Ildo:** Disse que vinha na tribuna para reiterar a fala do Presidente. Falou que os idosos estavam fora, pessoas de baixa renda também e quem se sentisse lesado deveria procurar o Secretário da Fazenda e sua equipe tributária para negociar. Disse que o Procurador iria poder entrar na justiça após um ano. Falou que era muito fácil vir aqui cobrar sobre o salário da Prefeita, pois ele achava que o que ela recebia por tudo o que estava fazendo pelo município era muito pouco. Comentou sobre alguns Vereadores, que ganhavam mais que a Prefeita com diárias e cursos. Falou que a comunidade deveria entrar no Portal da Transparência e ver quanto que cada Vereador tinha ganhado no mandato passado. Disse que tinha que ser tudo claro, pois tinha muito Vereador que pregava moral de cueca, como seu pai falava e achava que quem tinha telhado de vidro não poderia jogar pedra no telhado dos outros. Pediu que procurassem ver se ele tinha ido fazer algum curso e que este era um desafio que deixava para os Vereadores e para a comunidade. Aprovada por sete votos a três. **PROCESSO Nº 100/2017: Projeto de Lei nº 007/2017** – Institui o Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria do Município e dá outras providências. Leitura dos Pareceres das Comissões: **Favoráveis.** Leitura da justificativa do projeto. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Disse que mais uma vez vinha a essa tribuna tentar entender, em um curto espaço de tempo e dentro do que tinha lido ali. Falou que esse projeto era uma extensão do projeto zero cinco, que dizia que o procurador ficaria com cinquenta por cento da sucumbência e o outro cinquenta por cento seria investido em infraestrutura. Salientou sobre o aspecto do cinquenta por cento da sucumbência do procurador, mas que não falava em servidores, somente nos procuradores, porque tinha sido levantado que seriam todos os servidores da procuradoria, mas, no entanto, não era isso que estava redigido no projeto. Falou que com relação a esse projeto e ao anterior, todo esse dinheiro seria bem mais aproveitado se fosse investido integralmente em infraestrutura. Entendia que o procurador já tinha seu salário assim como eles tinham e também suas diárias como Vereadores. Falou que no ano passado existia os jetons por reuniões extraordinárias, mas neste ano não, a realidade era outra. Então agradecia a Deus, pois pelo menos eles não eram tão malhados lá fora. Disse que o ano passado era uma realidade diferente da de hoje, em que o salário do Vereador era cinco mil e setecentos, com a ressalva de alguns cursos que faziam fora. Explicou que, então este projeto que estava em pauta era contrário, porque seria contraditório ao primeiro que tinha votado. **Ver. Renato:** Disse que daria uma réplica e também falaria um pouco sobre a fala anterior, em que fazia uma correção no salário da Prefeita, pois não tinha nada contra ele até porque eram os Vereadores quem o aprovava. Frisou sobre o projeto anterior, dizendo que achava que o Vereador Lebrão não havia lido o artigo oitavo da Lei anterior, que falava que a Lei entrava em vigor na data de sua publicação. Então a Prefeita não iria publicar em dois mil

e dezoito, pois se tinha mandado a Lei para a Câmara, seria publicada assim que fosse aprovada, como realmente foi dentro de uma semana. Disse que essa era a sua interpretação, mas iria ler novamente a Lei, mas acreditava que não. Então, reportou-se ao projeto em discussão do fundo de reaparelhamento da procuradoria, onde dividia-se cinquenta por cento dos recursos para honorários advocatícios e o outro cinquenta por cento de sucumbências para poderem fazer a estrutura do município dentro da procuradoria. Falou que, esse recurso seria gerenciado pelo Secretário da Fazenda e do Procurador do município que teriam o comando. Comentou que dentro da Lei anterior estava firmada uma proposta de Lei incluída em outra, dizendo no seu artigo sexto que, o tabelionato de protestos de títulos da comarca de Nova Santa Rita iria firmar contrato de prestação de serviços com base no artigo vinte e cinco da Lei oito mil e sessenta e seis Lei que dispensava licitação. Falou então, que o pacote estava montado, pois já tinha quem iria executar os moradores. Disse que gostava de frisar que, esta Lei sim poderia ser assim, quando fosse sancionada pela Prefeita e fosse executada o quanto antes, pois eram claros o seu artigo bastava interpretar a Lei. Disse que talvez com a pressa que tinham chegado os projetos na Casa, isso era histórico no dia de hoje, nove projetos de Lei para serem votados nesta manhã, isso era coisa que, com vinte anos de Vereador nesta cidade nunca tinha acontecido, nem no próprio governo. Falou que os tinham chamado faltando cinco dias para terminar o recesso, para que votassem a toque de caixa, sendo que muitos Vereadores tinham dúvidas e estavam votando com ela. **Ver. Alex:** Disse que era contrário mais uma vez a esse projeto pois, caracterizava o mesmo que o primeiro projeto que tinha sido votado. Desabafou dizendo que não era de baixar a cabeça para ninguém e vinha sempre falando a verdade, esse era o seu posicionamento. Comentou sobre a fala do Vereador Lebrão que tinha dito para que pesquisassem se ele tinha alguma diária. Disse que gostava e admirava o Vereador, mas como o Vereador teria diária se tinha largado a vereança. Falou que era contrário ao projeto e dentro dele escutou o desabafo do Vereador que, disse que poderia procurar no portal da transparência as suas diárias, mas como iria achar ele lá se ele tinha largado a vereança para ser secretário. Então essa era a resposta que ele estava dando sobre o projeto, que veio na pauta passada e também o posicionamento que ele queria deixar. **Aprovado por sete votos a três. PROCESSO Nº 101/2017: Projeto de Lei nº 008/2017** – Autoria do Executivo – Estabelece normas para regularização de ruas e becos irregulares e consolidadas há cinco (05) anos ou mais. Leitura dos pareceres das Comissões: **Favoráveis.** Leitura da justificativa do projeto. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Disse que esse projeto era um exemplo que poderia ser aplaudido, pois a comunidade merecia que, sua rua tivesse nome. Falou que vinha de encontro com os anseios da comunidade, o plano diretor era uma carência dentro de tantas que tinha essa cidade. Disse que este projeto ele aprovava, porque havia uma necessidade de regulamentação das ruas, loteamentos, que em torno de aproximadamente sessenta, setenta por cento deles precisavam estar regularizados. Afirmou que isso vinha de encontro realmente com o que a comunidade queria. Falou que aplaudia a administração por essa iniciativa e ficava a disposição da comunidade para esclarecer. Afirmou que esse projeto realmente se fazia necessário. **Ver. Renato:** Falou que entendia que esse era um projeto de suma importância para a comunidade. Disse que os Vereadores que sobreviveram da legislação passada tinham feito muitas indicações no sentido de regularizar becos, para que pudessem ter iluminação pública. Explicou que muitos destes lugares não tinham as dimensões necessárias para que a RGE SUL fizesse a rede de luz. Então com esse projeto iria ser permitido, mas não dizia que a prefeitura regularizaria, era diferente. Para explicar melhor, ele leu o artigo primeiro do projeto e disse que não seria a prefeitura, ela somente iria autorizar para que pessoas do ramo pudessem fazer o estudo junto aos moradores para regularizar os becos que estavam irregulares e não ganhavam melhorias. Achava que era o ponta pé inicial, mas não poderia se comemorar que, todos os becos do município seriam regularizados, porque não era isso. Disse que a Lei era bem clara que, estava apenas autorizando para que pudessemos projetos serem feitos. Com tudo isso ele e sua bancada iriam votar favorável ao projeto, porque entendiam que, iria trazer melhorias para a comunidade,

não fariam, mas autorizava, permitia que terceiros fizessem melhorias no município e essas pessoas poderiam ter uma luz digna, uma melhoria na rua, trazer benefícios para as pessoas. Por isso se colocava favorável a esse projeto. Aprovado por unanimidade.

PROCESSO Nº 102/2017: Projeto de Lei nº 009/2017 – Autoria do Executivo – Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar servidores por prazo determinado. Leitura dos pareceres das Comissões. Favorável. Leitura da justificativa do projeto. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Falou que esse projeto vinha também em encontro com a necessidade do corpo, da estrutura da saúde. Disse que a necessidade de ampliar o número de servidores nas áreas específicas da saúde que, era uma área muito carente de servidores, vinha de encontro com a necessidade estrutural e política do município. Falou que, ele gostaria que no período desse ano fosse aberto concurso para essas áreas, para que não se tornasse um vício de nortear a contratação emergencial sempre quando necessário. Disse que essas atividades se faziam necessárias como, enfermeiro, educador físico, técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde pois, muitas áreas não eram atendidas porque, não tinham agentes, técnicos de enfermagem sobrecarregados, educadores físicos que não tinha e agora iriam ter e a carência de enfermeiros. Então era a favor desse projeto porque, realmente havia uma necessidade, uma carência de mão-de-obra. Disse que ficava aqui o seu voto favorável registrado para esse projeto. **Ver. Renato:** Falou que depois de avaliar o projeto iria dar um voto de confiança aprovando por um ano e a lei falava que poderia ser prorrogado por mais dois anos, então teria esse tempo para fazer concursos para a necessidade desses cargos. O Presidente fez um aparte falando que, tinham passado para ele que, haveria concurso no meio do ano. Com isso o Vereador Renato disse que ficava tranquilo pois, caso contrário, teriam que renovar esse projeto depois de dois anos, então ele se posicionaria contrário porque, em dois anos teriam que ter todas as condições de fazer o concurso. Falou que, seria criado nesse contrato emergencial, dois cargos de enfermeiros, um cargo de educador físico, sete técnicos de enfermagem e dezesseis agentes de saúde em um total de vinte e seis novos cargos contratados para a área da saúde. Disse que esperava que ajudasse bastante o atendimento, principalmente para a estratégia da saúde familiar que era um projeto com demanda de cinco equipes de rua a mais do que já tinha. Comentou que tinha recebido uma denúncia sobre o Posto de Saúde Rural, que tinha vários pneus jogados criando mosquitos e não tinham tomado nenhuma providência. Esperava que agora com uma nova ação, uma nova equipe seria destinada para verificar a situação, tirando tudo aquilo de circulação, porque estava se falando em saúde. Para isso estavam criando esses vinte e seis cargos novos por um período de um ano mais um, então esperava que, como tinha sido colocado pelo Presidente, em seis meses sairia o concurso e que isso melhorasse a saúde. Aprovado por unanimidade.

PROCESSO Nº 103/2017: Projeto de Lei nº 010/2017 – Autoria do Executivo – Autoriza o pagamento de complemento do vencimento básico aos membros do Magistério para observância do Piso Nacional do Magistério. Leitura dos pareceres das Comissões: Favorável. Leitura da justificativa. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Falou que mais uma vez era um projeto que poderia ser aprovado, mas, com alguma ressalva. Achava que o piso dos servidores do magistério no que tangia aqui os professores teria que ter o seu básico já no valor estabelecido e não por complemento, mas assim já atenuava um pouco a necessidade do servidor professor. Falou que o artigo quinto a que se referia a Lei seria reajustado anualmente no mês de janeiro. Então ficava subentendido para o magistério que, até a data que não tinha ainda, seria pago retroativo ao mês de janeiro por já estarem em fevereiro. Disse estes complementos não era o que o servidor realmente queria, o que ele queria era um salário digno, moralizado pela Lei, principalmente a que tangia a área da educação, os funcionários e os professores. Então esse projeto tinha o seu aval, ele era favorável, somente achava que teria de ser mantido anualmente e não complementar. **Ver. Renato:** Disse que era por isso que quando ele defendia de que as discussões tinham que ser bem-feitas com relação aos projetos. Contou que não era a primeira vez que acontecia, em outros mandatos essa Lei do magistério, do piso era uma relação antiga, desde dois mil e oito tinha essa diferença salarial. Falou que, se lhe perguntassem, hoje ele não

saberia ou talvez seus colegas pudessem ajuda-lo a esclarecer. Disse que hoje o piso para quarenta horas era dois mil duzentos e noventa e oito reais com oitenta centavos e para vinte horas era mil cento e quarenta e nove reais com quarenta centavos. Perguntou então, quanto hoje o professor de Nova Santa Rita ganhava, pois, estavam falando só no complemento, mas qual era o básico das vinte e das quarenta horas, porque ele não se lembrava. Falou que era por esses projetos que deixavam estes tipos de dúvidas que, ele era contra, pois era a toque de caixa. Disse que essas questões, coisas básicas que o Vereador precisava saber para dizer ao povo na rua o que estava acontecendo, o que tinham votado. Afirmou que, se fosse questionado na saída já não saberia o que dizer para o professor, o quanto ele ganhava nas vinte horas ou nas quarenta horas. Ele se perguntava até quando iriam suplementar esses recursos, será que não tinha chegado a hora de gradativamente começar a melhorar. Disse que estavam falando de Lei Federal e está também era uma Lei Federal e que não estava sendo cumprida, a Lei 11.738 de dois mil e oito, que determinava o piso de vinte e quarenta horas para os professores, aí teriam que cumprir a Lei, mais lá tinham um problema financeiro e não cumpririam a Lei, mas dariam um jeito, era a isso que se referia. **Ver^a Ieda:** Explicou ao Vereador Renato que, os professores que ganhavam menos que o piso eram aqueles que tinham o nível médio, que não tinham graduação. Contou que hoje o básico de quem tinha graduação era o piso nacional no valor de mil cento e quarenta e nove e isso era de Lei, mas era o básico de quem estava entrando por concurso hoje, pois tinha básicos maiores, como para cada cinco anos aumentava dez por cento, para quem tinha pós-graduação, aí, isso era plano de carreira que, era outra coisa. Falou que hoje a maioria dos professores tinham magistério, eram de nível médio. A Vereadora explanou sobre os salários que eram recebidos pelos professores municipais e houve o aparte do Vereador Renato Machado e do Vereador Jair de Oliveira. Depois completou que os professores tinham esses complementos por isso e o que era viável e ela era parceira nisso, era que conseguissem que todos os professores do município tivessem o salário básico nacional, achava que isso era uma luta que teriam que fazer e seguir em frente. Achava que a Prefeita como professora iria auxiliar nisso. **Aprovado por unanimidade. PROCESSO Nº 104/2017: Projeto de Lei nº 011/2017** – Aatoria do Executivo - Cria vagas no Quadro Geral do Magistério Municipal. **Leitura dos pareceres das Comissões: Favorável.** **Leitura da justificativa. Discussão: Ver. Paulo Ricardo:** Disse que esse projeto também vinha de encontro ao que se precisava, a reestruturação era fundamental na área do magistério, pois, a carência de mão de obra era muito grande. Ficava aqui seu voto de sim para este projeto, mas também ficava uma crítica quanto ao prazo dele, porque as aulas estavam começando e esse projeto teria que ter entrado em novembro ou dezembro do ano passado para que não faltasse professores, então fazia-se necessário ter um organograma para que não se pecasse nisso. Falou que no organograma da secretaria de educação a necessidade era de quinze professores e ele desconhecia a necessidade do número exato de professores, mas, estava sendo aprovado quinze tendo seu total apoio por ser de necessidade para esta área. **Ver. Renato:** Disse que entendia que, se existisse a real necessidade de criar no quadro de cargos do município quinze vagas para professores, achava que era favorável, mas, com ressalva. Lembrou que o servidor público quando fazia concurso tinha um prazo legal, trinta dias para ser notificado, para dizer sim ou não, se assumiria a vaga ou não. Falou que hoje dia dezesseis, provavelmente essas pessoas estavam ligadas em outras escolas e não podiam dizer que estavam saindo no outro. Elas teriam prazo legal de trinta dias que, ia até dezesseis de março, e se tinha essa necessidade, quando terminava um ano no outro, de novos professores com salários melhores. Comentou que tinham colocado um professor com o salário de oitocentos reais para dar aula no básico, era uma vergonha nacional dar vinte horas aula por oitocentos reais. Perguntou porque não tinham criado esses cargos em janeiro, para que, agora essas pessoas estivessem disponíveis para darem aula no município. Por isto com certeza muitos alunos teriam aulas precárias por falta de professores, ou porque teriam que assumir mais de uma turma, porque não tinha como fazer de outro jeito, por isso deixaria essa ressalva. Perguntou novamente, porque logo agora que iniciava o ano, porque não a trinta dias

atrás para que essas pessoas pudessem tomar posse nessas escolas e essa era a diferença da questão de organização que tinha faltado pela secretaria. **Verª Ieda:** Respondeu ao Vereador Renato que achava a proposição dele válida, mas o que acontecia era que as matrículas no município eram feitas a partir de janeiro pela demanda de crianças que vinham neste mês, então não se tinha a perspectiva antes, não tinham como ver. Disse que não poderiam aumentar o quadro de professores ficando professores ociosos nas escolas. Completou dizendo que muitos professores tinham se exonerado, porque tinham sido chamados em outros concursos das cidades vizinhas. Salientou também que, tinha aumentado a demanda de alunos e alguns professores haviam se exonerado por isso a necessidade veio a partir de agora que as matrículas estavam sendo concluídas, mas, ainda existia um número enorme de alunos se inscrevendo e outros procurando vaga nas escolas. Explicou ao Vereador Renato que dizia isso porque, também estava em sala de aula. **Ver. Jair:** Disse que além do que o Vereador Renato e a Vereadora Ieda falaram, iria concluir dizendo que, nos outros anos, como em dois mil e treze quando assumiu, sempre tinha plantão nos colégios pois, parte da direção não tinha férias. Explicou que, então a Lei dizia que todo e qualquer funcionário teria que ter trinta dias de recesso, o que abria uma brecha para que os funcionários entrassem na justiça e ganhassem. Então esse ano foi determinado que não teria plantão nas escolas e seria a partir de fevereiro que todos teriam acesso. Disse que as demandas tinham aumentado e melhor seria em novembro e dezembro, mas, não tinham um cálculo, porque era muita gente, estavam vindo mais ou menos trezentas famílias por ano no município e com isso muitas crianças que precisavam de escola. Falou que, ele sabia, pois, andava por todas as escolas do município e conhecia a demanda. **Ver. Alex:** Falou que era favorável ao projeto, mas, pegando a pauta do Vereador Renato, não tinha justificativa para esse prazo, pois, tinha uma secretária que administrava o município a quatro anos e que não sabia que a demanda aumentava ano a ano. Comentou que, se ela fosse uma secretária com vontade e atuante teria enviado o projeto para a primeira sessão extraordinária e não prejudicaria o retorno das crianças na escola, o que iria acontecer. Aprovado por unanimidade. **PROCESSO Nº 105/2017: Projeto de Lei nº 012/2017** – Aatoria do Executivo - Institui horário especial de Trabalho, cria gratificação de natureza especial para motoristas do Município, que exerçam suas funções no transporte escolar. Leitura dos pareceres das Comissões: Favorável. Leitura da justificativa. Discussão: **Ver. Paulo Ricardo:** Falou que, era favorável a esse projeto, pois vinha de encontro as necessidades dos servidores públicos da cidade. Comentou que os motoristas escolares eram especiais, pois, cuidavam de pessoas, de crianças com muito cuidado e dedicação. Esses quarenta por cento vinham para suprir a necessidade de uma carga horária diferenciada e ele admirava muito. Deixou como sugestão, que os motoristas da saúde também fizessem um projeto semelhante para que contemplassem a secretaria da saúde. Lembrou que, antigamente existia uma Lei que dava função gratificada aos motoristas da secretaria da educação e da secretaria da saúde, mas, o Tribunal de Contas havia apontado, dizendo que função gratificada seria somente para servidores em cargos de chefia. Então esse projeto vinha de encontro as necessidades desses motoristas. **Ver. Renato:** Disse que havia falado com alguns motoristas para conhecer melhor o transporte escolar do município. Entendeu a responsabilidade que era ser motorista, principalmente com crianças, pois, o cuidado era dobrado. Tinha olhado o projeto detalhadamente e observou que tinha algumas mudanças nos horários dos motoristas que talvez ocasionasse algum transtorno para eles que era pouco esses quarenta por cento o seu trabalho, até porque o servidor concursado que era motorista recebia muito pouco salário. Disse que era favorável ao projeto, mas, com a ressalva de que eles mereciam mais. Aprovado por unanimidade. **PROCESSO Nº 106/2017: Projeto de Lei nº 013/2017** – Aatoria do Executivo – Concede reajuste aos Padrões 1 a 5 do Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo. Leitura dos pareceres das Comissões: Favorável. Leitura da justificativa. Aprovado por unanimidade. Com a Proteção de Deus e em nome do povo de Nova Santa Rita, o Presidente encerrou a sessão às dez horas e vinte e quatro minutos.

Vereador Jair Antônio de Oliveira,
Presidente.

Vereador Jocelino Rodrigues,
1º Secretário

